

Na semana do Meio Ambiente, a presidente da FenaSaúde destaca avanços e desafios para uma agenda de desenvolvimento sustentável

No dia 20 deste mês celebramos cinco anos da assinatura dos Princípios para Sustentabilidade em Seguros, os PSI. Neste mês, portanto, somos naturalmente levados a refletir sobre os avanços do setor de seguros na agenda de desenvolvimento sustentável, que teve início muito antes do dia 20 de junho de 2012, mas que ganhou corpo e impulso a partir do lançamento dos PSI nessa data, durante a Rio +20.

Quando decidimos apoiar a iniciativa da ONU para a criação dos Princípios, acreditávamos na premissa fundamental de que o setor de seguros contém a sustentabilidade no seu DNA. No exercício das atividades de subscrição de riscos, gestão de riscos e investimento institucional, as seguradoras encontram-se na posição privilegiada de poder incorporar a gestão de aspectos ambientais, sociais e de governança em seus próprios negócios, e também de exercer uma influência positiva sobre a incorporação desses aspectos nos negócios dos seus clientes e parceiros comerciais.

Além disso, apoiar o lançamento dos PSI durante a Rio+20 foi também um reconhecimento do papel de liderança que o Brasil busca e merece ocupar nas discussões globais sobre o desenvolvimento sustentável, especialmente nas questões ambientais e sociais.

Cinco anos depois, a adesão expressiva das seguradoras brasileiras aos PSI e o grau de amadurecimento das discussões sobre a sustentabilidade que alcançamos no mercado brasileiro não deixam dúvidas de que, de fato, nosso setor e nosso país estão vocacionados para oferecer uma contribuição decisiva nesse tema. Talvez porque nós, como povo, tenhamos herdado dos nossos antepassados a memória e o anseio de uma relação harmônica com a natureza, com respeito a todos os seres vivos e ao planeta que habitamos. Ou talvez porque tenhamos desenvolvido uma capacidade ímpar de inovar e sermos criativos diante das adversidades do ambiente e das circunstâncias, todos os dias...

Nestes cinco anos, a Comissão de Sustentabilidade e Inovação da CNseg criou bases sólidas para atuar de maneira estratégica na inserção das questões ambientais, sociais e de governança nos diversos segmentos e atividades do setor de seguros. O desenvolvimento da matriz de materialidade do setor de seguros, o lançamento e o alcance das metas do mercado brasileiro para os PSI, o planejamento estratégico da Comissão, a transição para o Relatório de Sustentabilidade do Setor de Seguros na matriz GRI, e o engajamento da SUSEP como apoiadora dos PSI são alguns marcos dessa trajetória, que demonstram o quanto avançamos.

Mas se estamos orgulhosos dessa trajetória, podemos também lançar desafios maiores para o futuro. E nesse sentido, agora na posição de presidente da Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde), que me permite observar o tema sob um novo prisma, preciso destacar a importância de tratar a sustentabilidade com um enfoque direcionado à saúde suplementar.

Conforme declarei na entrevista para o Relatório, “a saúde suplementar tem um componente intrínseco de sustentabilidade que é cuidar da saúde das pessoas, garantindo o seu acesso ao que há de mais moderno e efetivo na medicina privada.” Devemos, portanto, garantir que as pessoas continuem tendo acesso à proteção oferecida pelo nosso setor, e para isso precisamos assegurar que as empresas disponham de um ambiente regulatório que incentive o crescimento e a inovação, para que possam gerar valor para seus acionistas e, principalmente, para os consumidores.

Como Federação, temos o papel de debater também a necessidade de aprimoramento dos processos de gestão de riscos das empresas, para que incorporem os riscos ambientais, sociais e de governança emergentes em nossa sociedade. Dentre esses riscos, destaca-se, por exemplo, o

de responsabilização solidária das operadoras de saúde pela destinação inadequada de resíduos sólidos gerados por prestadores de serviços, credenciados, referenciados ou contratados pelas operadoras.

Conforme nos alertou o advogado Pery Saraiva Neto, em parecer sobre o tema, “Devido aos diversos riscos que os resíduos de dos serviços de saúde representam à saúde humana e ao meio ambiente, para que as operadoras de planos de assistência à saúde não sejam responsabilizadas solidariamente pelos danos da disposição incorreta, devem garantir que toda a cadeia dê a destinação ambientalmente adequada e sejam adotados todos os procedimentos necessários para a prevenção de danos.”

Para nós, é só um dos grandes desafios que o segmento de saúde suplementar deve enfrentar para garantir a sua sustentabilidade, e um dos temas no qual a atuação institucional tem o potencial de gerar externalidades positivas para o meio ambiente e para o bem-estar de toda a sociedade. Alguns outros temas foram destacados da seção dedicada ao nosso segmento no Relatório de Sustentabilidade do Setor de Seguros que, desde logo, faço o convite a todos para que acessem.

Relatório de Sustentabilidade do Setor de Seguros

Fonte: CNseg, em 08.06.2017.